



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681327 - SP (2021/0226330-6)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : SIMONE CRISTINA OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : OSVALDO GONZAGA DA SILVA - SP396567  
SIMONE CRISTINA OLIVEIRA - SP414953  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KLEYTON DOS SANTOS BARBOSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KLEYTON DOS SANTOS BARBOSA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2107826.22.2021.8.26.0000).

O paciente, preso em flagrante, teve a prisão convertida em preventiva e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (70,1g de maconha, 29g de cocaína e 5,2g de crack) com fundamento na garantia da ordem pública.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

Alega o impetrante a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na inidoneidade dos fundamentos utilizados para supedanejar o decreto preventivo, uma vez que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Sustenta que a ilegalidade manifestar-se-ia, também, no excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que o investigado estaria preso desde 5/5/2021 e a audiência de instrução, debates e julgamento teria sido designada apenas para 8/9/2021.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação a prisão preventiva, ainda que com medidas cautelares mais brandas (art. 319 do Código de Processo Penal).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 24-25):

[...]

3. *Vê-se, pois, que a r. decisão vergastada se encontra bem fundamentada, tendo ressaltado aspectos relevantes do caso concreto (tais como natureza/quantidade de narcóticos confiscados), bem como do próprio paciente ("existência de registros de ato infracional análogo a crimes de tráfico de drogas*

*e roubo, inclusive com notícia de cumprimento de medidas socioeducativas, revelando envolvimento anterior com o meio ilícito”) - além de, na espécie, o direito positivo vedar a liberdade provisória.*

[...]

*4. Demais disso, não se pode maldizer ordem de recolhimento preventivo dirigida a pessoa que: i) guardava 57 porções de cocaína (pesando 29g), 30 pedras crack (pesando 5,2g) e 36 “trouxinhas” de maconha (pesando 70,1g) - conforme Auto de Exibição e Apreensão de fls. 31/2 e laudo de constatação de fls. 25/8; ii) já foi submetida duas vezes a medida socioeducativa em virtude da prática de atos infracionais equiparados a tráfico de entorpecentes e roubo (cf. fls. 63, bem como fls. 33/4 do Processo nº 0021761-86.2016.8.26.0015). Cumpre salientar outrossim que não vinga a alegação do d. impetrante no sentido de que “a existência de antecedentes socio-educativos nunca poderia ser utilizada como fundamento para a decretação da prisão” (fls. 04), porquanto essas anotações, que indicam conduta social deletéria e personalidade desajustada, influem na avaliação da garantia da ordem pública, a qual sofreria abalo de monta com a libertação de indivíduo que volta à senda da transgressão. O ilícito atribuído ao increpado é demolidor da integridade moral e mental de seus desditosos alvos; submete progressivamente os incautos ao cativeiro existencial do vício morfético e ao mais deletério ócio, porque os vitimados por essa chaga praticamente conduzem sua vida produtiva ao epílogo.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência